FORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA DA PONTA DA BALEIA / ABROLHOS (BA) EM CONSONÂNCIA COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ZONA COSTEIRA E MARINHA (PPPZCM)

Maria Cristina Vieira[1]
Mateus Camilo[2]
Rachel Andriollo Trovarelli[3]
Pedro Henrique Cardoso[4]

RELATO DE EXPERIÊNCIA

CONTEXTUALIZAÇÃO

A APA da Ponta da Baleia / Abrolhos (APAPBA), localizada no Território de Identidade Extremo Sul da Bahia, foi criada pelo Decreto nº 2.218 de 14 de junho de 1993 do governo estadual. A área de 346.535 hectares conta com porções territoriais e marítimas nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Prado. No entorno da APA da Ponta da Baleia/Abrolhos, estão localizadas duas unidades de conservação federais: o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos criado em 1983 e a Reserva Extrativista de Cassurubá, criada em 2009. O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), órgão ambiental estadual e instituição que faz a gestão da APAPBA desenvolveu o projeto “Oficinas de Formação, Monitoramento e Avaliação em Educação Ambiental com foco no Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade na Zona Costeira e Marinha em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha do Brasil – PPPZCM” entre abril e dezembro de 2023. A execução da iniciativa se deu via contratação de pessoa física com apoio do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar) e do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

[1] Educadora ambiental e Gestora da APA de Santo Antônio/ BA do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA/BA). mariacristina.vieira@inema.ba.gov.br
[2] Coordenador de Gestão das Unidades de Conservação. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). mateus.leite@inema.ba.gov.br
[3] Gestora e educadora ambiental. Consultora do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) / Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). rachel.trovarelli@alumni.usp.br
[4] Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Pedro.cardoso@inema.ba.gov.br

O PPPZCM é um instrumento de gestão e implementação de processos educativos socioambientais com o foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha (ZCM). O processo participativo de construção do PPPZCM se deu entre setembro de 2019 e fevereiro de 2021, mobilizando universidades, governos municipais, estaduais e federal, organizações da sociedade civil e movimentos sociais sediados nos 17 estados costeiros e marinhos do país. O lançamento do documento aconteceu em maio de 2021, marcando o início de uma nova fase: a implementação, monitoramento e avaliação do PPPZCM.

Na gestão das Unidades de Conservação, o estado da Bahia vem fomentando e implementando a Política Pública de Educação Ambiental – ENCEA Estratégia de Comunicação e Educação Ambiental nas Unidades de Conservação, planejando, facilitando processos formativos e práticas educativas de estratégias para o enfrentamento das problemáticas socioambientais nos territórios.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo deste trabalho foi sensibilizar profissionais e lideranças do campo socioambiental atuantes nos municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa no estado da Bahia, território da APA da Ponta da Baleia Abrolhos – APAPBA, incorporarem os princípios e diretrizes do PPPZCM em suas ações educativas com foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade. Considera-se como marco do início das atividades do projeto a data de 05 de abril de 2023, com a realização de reunião de construção e alinhamento do projeto junto ao Conselho Gestor da APAPBA. A partir desse marco foram calculados os prazos para entrega dos produtos e realização das atividades em campo.

O projeto contou com quatro etapas: 1) Mobilização; 2) Oficinas 1; 3) Oficinas 2 e 4) Seminário final. A etapa de mobilização envolveu a produção de materiais de comunicação como cartazes de divulgação, folder, release para mídia e redes sociais, além de atividades de articulação e realização de reuniões nos quatro municípios que compõe a APA. Foi realizado um levantamento das instituições que atuam com educação ambiental no território a partir de múltiplas estratégias:

levantamento junto ao Conselho Gestor da APAPBA; levantamento de pessoas e instituições que participaram das oficinas de elaboração do Plano de Manejo da APA; indicações a partir de conversas com órgãos municipais e federais, como Secretarias Municipais de Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio); lideranças locais, facilitadora do PPPZCM na região, etc. Essas iniciativas foram desenvolvidas conjuntamente entre consultora, gestora da APA e educadora ambiental do INEMA.

A etapa de mobilização possibilitou a participação das pessoas e instituições na construção da primeira e segunda etapa das Oficinas de Formação, Monitoramento e Avaliação de Iniciativas em Educação Ambiental. As oficinas foram realizadas em duas etapas, com 16 horas de carga horária em cada um dos municípios. Ou seja, foram dois dias de atividades nas Oficinas 1 (julho/2023) e outros dois dias de atividades nas Oficinas 2 (agosto/2023). Na primeira etapa o foco da formação se deu em torno do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM), Educação Ambiental e Políticas Públicas de Educação Ambiental. Já na segunda etapa, o foco foi o monitoramento e avaliação de iniciativas em educação ambiental e o Sistema MonitoraEA, desenvolvido pela Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Em ambos os casos, foram utilizadas metodologias participativas e dialógicas de construção de conhecimentos.

Na quarta etapa, está previsto um seminário final (outubro/2023) com 6 horas de duração que objetiva promover trocas de experiências entre iniciativas de educação ambiental e uso sustentável e conservação da biodiversidade realizadas em Prado, Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa.

RESULTADOS PARCIAIS

A partir da realização da iniciativa, observa-se que o PPPZCM tem potencial para fortalecer a educação ambiental em unidades de conservação ao fomentar reflexões e diálogos com foco no aprimoramento das ações e projetos de educação ambiental nos territórios, especialmente no que se refere as diretrizes elencadas no documento; incentivar o monitoramento e a autoavaliação das iniciativas de

educação ambiental a partir das 12 linhas de ação e 32 indicadores do PPPZCM; e 3) oferecer um espaço virtual para gestão dos dados do monitoramento e avaliação em toda zona costeira e marinha brasileira, intitulada Plataforma MonitoraEA-PPPZCM desenvolvida pela ANPPEA.

Foi observado que a realização das oficinas municipais possibilitou: 1) mapeamento de iniciativas de educação ambiental; 2) troca de experiências entre organizações que atuam com educação ambiental no território; 3) levantamento de desafios comuns nas ações e projetos realizados; 4) criação de estratégias de superação dos desafios elencados e 5) aprofundamento conceitual em educação ambiental e políticas públicas.

Ainda foi identificado que os municípios que compõe a APAPBA não possuem sua Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA). Em todos os locais foi bem acolhida a proposta de elaboração da PMEA, a ser gerida pelas secretarias municipais de educação e meio ambiente conjuntamente e com ampla participação social na formulação, execução, monitoramento e avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A APAPBA tem potencial para ser reconhecida e compreendida enquanto um “espaço educador e articulador, um espaço de diálogo e ressignificação de conceitos e saberes através de processos participativos de construção coletiva”. Dentre outras possíveis estratégias, a apropriação e empoderamento dos princípios, diretrizes e objetivos do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM) pelas pessoas e instituições que atuam com educação ambiental no território é um caminho estruturante que fortalece as políticas públicas de educação ambiental e contribui na direção de sociedades sustentáveis.

Ao fomentar processos estruturantes de educação ambiental, em especial a partir do PPPZCM, as UCs podem fortalecer-se enquanto estruturas educadoras, contribuindo para tornar a gestão ambiental um processo educador territorial com foco no uso sustentável e conservação da biodiversidade.

Participação: Maria Cristina Nascimento Vieira, Mateus Camilo Leite Matos, Pedro Henrique de Castro Brandão Cardoso, e Rachel Andriollo Trovarelli.